

Mercado e Açougue
TITONI

com padaria e miudezas em geral

Rua São Luiz, 463 - Fone 3665.5550 Sta Luzia Capão da Canoa



FOTO MARISCAO
Casamento, aniversários, eventos em geral
Máquinas fotográficas, filmes, pilhas e fotos 3x4

Reni Hoffmeister Fotografias

Revelação em 1 hora

Fones: 625-5639 / 9135-2361

Av. Paraguassú, 2381 - Loja 04 - Capão da Canoa - RS

CONTA COM
ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL

Wilson Santos Miranda
8446-8910

Fone / fax : 3625-5676 contacom.consultoria@terra.com.br

AV: PARAGUASSÚ, Nº: 1997 (FRENTE AO CORREIO) - SL: 403 - CAPÃO DA CANOA - RS

CONTATOS MÁGICOS



Quem Sabe Somar Sabe Dividir

Somar é a primeira operação matemática que se aprende, a que temos mais facilidade e que gostamos mais.

Primeiro agente gosta de somar várias vezes palitos e giz, depois brinquedos e roupas da moda, depois somar dinheiro, depois somar carros e casas, e sempre somar alegria e felicidade.

Isto já é multiplicação, que também é fácil de aprender, é só somar várias vezes a mesma coisa.

A Segunda operação que aprendemos é a subtração.

Aí começa a ficar estranho.

Principalmente quando tem que pedir emprestado na casa do vizinho, digo, casa decimal ao lado. Ninguém gosta mais de diminuir do que somar.

Quando chega na divisão é quase um desespero, ainda mais quando sobra um resto.

É que ninguém entende aonde ou pra quem vai ficar o resto.

Até no cotidiano ninguém gosta de dividir nada.

A dificuldade no aprendizado não parece à toa, o homem rejeita essa prática.

Quando o homem aprender a dividir corretamente e saber onde deve ficar o resto, entenderá que é o mesmo que somar para alguns, mantendo a quantidade de outros, sem necessariamente subtrair de alguém, ou seja, é o mesmo que somar igual para todos; entenderá também que somando os restos teremos mais um inteiro divisível, fazendo outros felizes.

O resultado final também é uma soma, a soma da felicidade geral.

Poderíamos até chamar esta operação de soma distribuída.

Com esta visão, com certeza a matemática daria mais resultados, talvez fosse dispensável aprender contas de dividir e os homens continuariam felizes a somar palitos, brinquedos, dinheiros, carros, casas e felicidade, porém não somente para si.

Quem sabe?

(elaynerezende@terra.com.br)

Beijos em seu coração com muito
"AMOR".

PEC 12, meio século de calote

*Marco Antônio Innocenti

Após encerrar 2007 praticamente sepultada no Senado, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 12) que preconiza o calote como mecanismo para solução da inadimplência renhida dos precatórios judiciais está de volta à pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Alta. Isso ocorre por pressão de governadores e de prefeitos interessados mais em livrar-se dos sequestros de renda, que hoje vêm sendo realizados pelos tribunais em virtude da escancarada inadimplência, do que em criar condições efetivas para pagamento dessas dívidas.

Ao invés de obrigar os entes públicos devedores a manterem fluxos regulares de pagamento dos precatórios, ainda que por meio de parcelamento das dívidas (a exemplo do que foi feito na Emenda Constitucional 30/2000), a PEC 12 prestigia justamente a inadimplência, só habilitando para recebimento aquele credor que conceder o maior desconto ao ente público devedor. Na realidade, a PEC 12 busca institucionalizar a figura do leilão, que seria realizado por instituições financeiras, dando preferência a credores que abrirem mão de parte de seus créditos.

É, no fundo, uma verdadeira extorsão que se pretende praticar contra aposentados, pensionistas e proprietários de imóveis desapropriados, sob a ameaça de não receberem aquilo que lhes é devido, mesmo após amargarem na fila por diversos anos (ou de não receberem aquilo que lhes é devido nos próximos 140 anos, como é o caso dos credores do governo do Espírito Santo, o que dá absolutamente na mesma). Nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, segundo estimativa da Ordem dos Advogados do Brasil, a espera dos credores pelo pagamento de precatórios passará a ser, em média, de 50 anos (meio século).

Olvidam-se os prefeitos e os governadores de que foram justamente idéias mirabolantes como a que é preconizada pela PEC 12, que atiraram o Brasil na mais baixa classificação de risco soberano no final da década de 80, fazendo com que o país ficasse economicamente estagnado durante praticamente toda a década seguinte. Isso obrigou o governo federal a iniciar uma cruzada internacional contra o estigma do calote, que culminou com a inédita elevação da classificação de risco, no final de abril, para o primeiro nível do chamado grau de investimento.

Atendendo ao tipo de interesse a que se presta a PEC 12, o Senado estaria relegando, de forma irresponsável, sua obrigação de continuar comprometido com as políticas fiscais e orçamentárias que criaram as condições econômicas reconhecidas pela agência Standard & Poor's, ao elevar a avaliação de risco da dívida soberana do governo brasileiro. Daí o risco de se pôr tudo a perder, no cenário internacional com reflexos previsíveis no plano nacional, com a constitucionalização do *default* de parte significativa de dívida pública interna, como pretende a PEC 12, já que os precatórios representam hoje dívida pública de aproximadamente R\$ 100 bilhões.

Na história recente, sempre que governos tentaram aniquilar ou reduzir seus compromissos financeiros internos ou externos, modificando unilateralmente obrigações assumidas ou reconhecidas pelo Poder Judiciário, sem respeito às garantias inerentes à propriedade privada e à segurança jurídica, sofreram grandes consequências negativas, invariavelmente seguidas de enormes estagnações econômicas e que acabaram resultando em perdas muito mais significativas que as vantagens que buscavam obter *tout court*. E nisso o Brasil tem conhecimento de causa, já que ficou estagnado uma década inteira por causa de uma moratória e por diversos malsucedidos planos econômicos, causa idêntica a que hoje penaliza severamente seu vizinho, a Argentina, sem contar as consequências já em curso e que deverão assolar severamente a população da Bolívia, pela desastrosa política nacionalista recentemente implementada nesse outro vizinho.

Nessa perspectiva, a PEC 12 é, no fundo, uma versão disfarçada dos choques intervencionistas experimentados nas duas últimas décadas. Certamente custará ao Brasil muito mais do que se pretende expropriar mediante sua implantação. E não é o aval a tal proposição legislativa que se espera do Senado, que possui condições de formular uma política para os precatórios de tal maneira que seja assegurado, de um lado, o recebimento dos créditos pelos seus titulares e, de outro, a implementação de condições objetivas para o cumprimento dessas obrigações. E quanto antes isso for feito, mais cedo o Brasil aspirará a melhores e mais consistentes classificações de risco soberano, fator fundamental para o seu desenvolvimento.

*Marco Antonio Innocenti - é advogado, membro da Comissão Especial de Precatórios da OAB-SP e da Comissão Nacional de Legislação do Conselho Federal da OAB - marco.innocenti@innocenti.com.br

OPINIÃO

VAMOS PAGAR MAIS IMPOSTOS.

Já escrevi por diversas vezes sobre o tema de aumento de imposto e, assim estou cansado de fazê-lo, razão porque este é o último. Não tenho mais animo para tratar deste assunto.

O contribuinte brasileiro trabalhou até o dia, 27 de maio, só para pagar impostos, taxas e contribuições. Então, após esta data, seria o primeiro dia sem impostos do ano, mas em Brasília nossos deputados querem dar mais uma mãozinha ao governo Federal e querem criar um "clone" da CPMF, sob o nome de Contribuição Social para a Saúde (CSS) e nada adiantou o crescimento da arrecadação, que bate recorde após recorde. Para se ter uma idéia do excesso da carga tributária, segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), "em 2008 o brasileiro nasce condenado a trabalhar metade da sua vida para pagar tributos". Dados do instituto apontam que, em 1900, a expectativa de vida dos brasileiros era de 33,4 anos, enquanto que a expectativa de pagamento de tributos era de 3,92 anos.

Em 1950, a expectativa de vida era de 42,6 anos e a expectativa de pagamento de tributos era de 6,82 anos. Em 2000, a expectativa de vida era de 70,5 anos e a expectativa de pagamento de tributos era de 23,31 anos.

Já em 2008, a expectativa de vida é de 72,3 anos e a expectativa de pagamento de tributos é de 29,29 anos.

Em 108 anos a expectativa de vida do brasileiro cresceu 116%, enquanto que a expectativa de pagamento de tributos aumentou 245%, algo claramente desproporcional.

Esta carga tributária é um verdadeiro absurdo se compararmos com os serviços que o Estado brasileiro presta à população. Existem até países que cobram mais, mas os serviços que retornam a seus contribuintes são bem mais amplos e melhores.

E o pior de tudo não é pagar tantos impostos.

É ver este dinheiro fugir pelo ralo não sendo aplicado em favor do povo brasileiro.

Se a Finlândia possui a maior carga tributária do mundo, por outro lado oferece o melhor serviço público à sua população e também leva o título de país politicamente mais correto do planeta. Chega de tanto imposto!

HUMBERTO LAURO RAMOS.
ADVOGADO.

Casa do Serralheiro

- # Toda linha serralheiro
- # Tubos Cantoneiras
- # Acessórios P/ Toldos

Av. Paraguassú, 340 - Fone: 3625.5392
Bairro Araçá - Capão da Canoa

HANCOCK **GRAN PRIX** VALCA
PNEUS E RODAS

Eleve Fones: (51) 665.8025 / 9983.6653 Eleve

RS 407, nº 1660 - Capão da Canoa - RS

SALÃO UNIVERSAL BARBEARIA



Serviço com qualidade

Fone: (51) 625.3037

Cel.: (51) 9173.2700

Rua Edir Dalpiaz, nº 227 - Sta. Luzia - Capão da Canoa - RS



RS 407, 1443 - 1º andar - Capão da Canoa - RS

Fones (51) 3665-2104 / 9136-2484

esteticadocorpo.capao@hotmail.com